

Sarney avisa: não faz e não vai aceitar coação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo não pensa em obrigar ninguém a apoiá-lo, sem querer. Por isso, quem quiser romper com o presidente José Sarney, que o faça. Mas um ponto é definitivo: o presidente "não pode coagir, nem submeter-se à coação". Este foi o recado transmitido ontem à noite pelo porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, que se negou a dizer claramente a quem era endereçada a mensagem. Mas desde cedo assessores já antecipavam que o Palácio do Planalto não deixaria sem resposta a ameaça do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que acenou com a possibilidade de rompimento de seu partido com o governo, caso Sarney não efetivasse a reforma ministerial.

"O presidente não tem condições nem intenção de coagir e não pretende atuar contra a vontade de ninguém", insistiu Frota Neto, acrescentando que existe uma unidade e que ela deve ser preservada como base política do governo no processo de transição. Também ontem, o senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, esteve com Sarney, a quem pediu maior participação de seu partido no poder. Mas, ao contrário do que sugeriu José Lourenço, Maciel negou que seu objetivo fosse a reforma ministerial.

"O deputado José Lourenço, é veemente, arrebatado e por isso é líder, mas naturalmente fez uma colocação de caráter pessoal", explicou Marco Maciel. De sua parte, ele ressaltou que prefere obedecer ao critério do diálogo, e foi isso o que disse que fez com o presidente Sarney. Não conversou sobre reforma do Ministério, não comentou o comportamento do PMDB e muito menos colocou os cargos do PFL à disposição. Ou seja, não rompeu com o governo

porque acha que seu partido tem um papel importante na Aliança Democrática e precisa ajudar Sarney, dando-lhe sustentação política.

Maciel revelou que o presidente reconheceu que o PFL tem problemas para atuar com o governo e foi receptivo "no sentido de definir alguns objetivos que o partido está buscando". Sarney teria, assim, aprovado as considerações do senador, para que o PFL tem uma participação no governo inferior a sua representação no Congresso e ainda menor que o apoio incondicional que sempre presta às propostas oficiais. Só pode haver co-responsabilidade quando existe a co-participação, argumentou Maciel. Ele não detalhou o que pediu ao presidente da República, insinuando apenas que há muitas formas de respostas às reivindicações de seu partido. Uma delas é estabelecer programas e projetos comprometidos com os ideais pefelistas.

O tom moderador do presidente do PFL não foi seguido ontem por vários de seus liderados, que insistiram nas críticas contra o PMDB e nas exigências de maior fatia do poder. "O PMDB deve respeitar o presidente da República; os ministros devem saber que são ministros do presidente e não de seu partido, ou então que saiam do posto", disse o deputado Maurício Campos, do PFL mineiro. Para Waldir Campello (PFL-DF), o partido majoritário "não pode ter dois discursos, um de oposição e outro de governo".

"O PFL quer participar da administração pública na proporção do apoio que empresta ao governo", afirmou o cearense Lúcio Alcântara, acrescentando que "o problema não é de cargos". Ele explicou que para seu partido, "do ponto de vista exclusivamente eleitoral, seria muito mais vantajoso ir para a oposição". Depois, o deputado admitiu que cabe ao presidente da República decidir o que convém "ao País e ao governo em termos administrativos".

PFL, segundo ele, tem responsabilidade na transição política, "que nos cumpre sustentar e garantir". Já para Aloísio Chaves, do PFL paraense, "por forças das circunstâncias, o presidente se converteu em prisioneiro do PMDB e não pode prescindir de seu apoio sem desestabilizar politicamente o governo". Mesmo assim, Sarney deve considerar que "há um novo PFL, provado nas urnas, que quer participar do governo".